



ASPECTOS POLÍTICOS, HISTÓRICOS E SOCIAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.

ALMEIDA, ADRIANA DE ¹; CORSO, ANGELA MARIA²

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense, Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: adryanaalmeida@gmail.com; ² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná, Professora Assistente da Universidade Estadual do Centro Oeste.

EIXO TEMÁTICO 7: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA PERSPECTIVA DO MUNDO DO TRABALHO

RESUMO

O artigo apresenta os aspectos políticos históricos e sociais, a especificidade do trabalho com jovens e adultos, porém, sabemos que há diferentes abordagens e pressupostos teóricos que engendram as discussões nesta área de estudos, optamos por uma análise crítica a partir da política educacional instituída pelos amparos legais da LDB nº 9.394/04 e do Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Priorizamos a discussão da Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino que exige um olhar para as pessoas jovens e adultas no sentido de garantir seu direito ao conhecimento e a valorização da sua cultura. Mas alertamos o leitor sobre os limites do mesmo, tendo em vista que a EJA compreende hoje um campo político, denso e complexo. Adotamos uma investigação de natureza bibliográfica e qualitativa, tendo com fundamento os pressupostos teóricos da análise de conteúdo. Os estudos empreendidos levaram-nos a inferir que o campo teórico e prático da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é amplo e possui interfaces variadas com temas correlatos. A Educação de Jovens e Adultos tem uma trajetória histórica de ações descontínuas, marcada por uma diversidade de programas, muitas vezes não caracterizada como escolarização. Com a aprovação da LDB 9394/96 e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, Parecer nº 11/2000, a EJA é caracterizada como modalidade da educação básica correspondente ao atendimento de jovens e adultos que não frequentaram ou não concluíram a educação básica. Esses documentos trouxeram alterações e ampliações conceituais produzidas desde o final da década de 1980, ao usar o termo Educação de Jovens e Adultos para assinalar as ações anteriormente conhecidas como Ensino Supletivo. No Parecer do Conselho Nacional de Educação (2000), a EJA expressa também a concepção de resgate de uma dívida social de herança colonial negativa, quando se preservou tangivelmente uma educação que fortaleceu a desigualdade social.

A heterogeneidade peculiar a esta modalidade de ensino faz com que o espaço do diverso seja repleto de riqueza social e cultural. Há aspectos que fazem desses estudantes seres ímpares que, por meio de suas histórias de vida, de suas memórias e representações, preenchem o cotidiano da Educação de Jovens e Adultos e, por sua vez, precisam ser preenchidos por “escolas” e outros espaços que entendam as suas particularidades. O adulto, ao ser considerado como um sujeito em constante transformação e, portanto, inacabado (FURTER, 1981; SILVA, 2004; SOUSA, 2007, 2008; CORDEIRO, 2009),



precisa ter assegurado o direito público subjetivo à educação, a partir de uma perspectiva que lhe possibilite a educação com uma condição que se efetive ao longo de toda a vida. Interessa-nos buscar elementos que contribuam para enfrentar os desafios da consolidação da educação de jovens e adultos trabalhadores como direito de todos, preceito constitucional, e da educação profissional também como espaço de formação humana. Estas duas concepções, com as quais coadunamos, encontram-se amplamente discutidas, entre autores no campo da EJA, não serão aqui retomadas literalmente, mas cabe ressaltar que contribuíram para a análise dos programas e para o tensionamento sobre os sentidos que produzem em seu contexto histórico. Observamos que os aportes teóricos consultados, normalmente, enfatizam a história da Educação de Jovens e Adultos dos períodos de 1960 e 1990, sobretudo, focalizando experiências de alfabetização. Assim, consideramos relevante tratar de dois períodos – antes e após a década de 90. Também abordamos a política contemporânea de EJA, explicitando aspectos dos novos programas e os dilemas da modalidade. Consideramos que os estudos teóricos relativos a história, a legislação e os sujeitos da EJA, abordam concepções, metodologias, práticas e especificidades dessa modalidade de Ensino que indicam proximidades e distanciamentos para que o direito à educação seja atendido substancialmente. A consolidação histórica da modalidade representou avanços que não podem ser perdidos, mas ainda há grande preocupação com a reconfiguração da EJA como campo educativo que exige ser reconhecido.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, histórico, modalidade de ensino, direito à educação.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Juventude, produção cultural e Educação de Jovens e Adultos. In: Leôncio (org.) **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BEISEGEL, Celso Rui. **Estado e educação popular:** um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.

BRASIL. **Decreto nº 5.840**, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer 11/2000. Brasília, 2000.

CORDEIRO, Denise. **Juventude nas sombras:** escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação Básica no Brasil**. Educação e Sociedade. Set. 2002, v. 23, n. 80, p.168-2000, Campinas. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 22 de abr. 2006.

DELUIZ, Neisi. **O Modelo das Competências Profissionais no Mundo do Trabalho e na Educação:** Implicações para o Currículo. Boletim técnico do SENAC. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/273/boltec273b.htm>. [Acesso em 20/03/2015](#).



ALFAEJA
II Encontro Internacional de Alfabetização
e Educação de Jovens e Adultos

DI PIERRO, Maria Clara. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil.** Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, out. 2005.